

n.º 2 do artigo 2.º e nas alíneas e) e f) do n.º 1 e b) do n.º 2 do artigo 6.º da Lei n.º 1/2009, de 5 de janeiro, e do artigo 74.º e 95.º do Regulamento de Transporte em Automóveis, aprovado pelo Decreto n.º 37272, de 31 de dezembro de 1948, foi outorgada a concessão da carreira provisória de serviço público de passageiros, com designação e percurso “Parque Sécil — Praia da Figueirinha”, (Alvará n.º 6-AMTL) requerida por TST — Transportes Sul do Tejo, S. A., com sede na Rua Marcos de Portugal, Laranjeiro, 2810-260 Almada, pelo período de dois anos.

14 de setembro de 2012. — O Presidente do Conselho Executivo, *Germano Farias Martins*.

306388117

## Autoridade de Segurança Alimentar e Económica

### Despacho n.º 13875/2012

O Decreto-Lei n.º 274/2007, de 30 de julho, aprovou a Lei Orgânica da Autoridade de Segurança Alimentar e Económica, definindo a missão, atribuições e tipo de organização interna.

No desenvolvimento do mencionado diploma legal, as Portarias n.º 821/2007, de 31 de julho e n.º 824/2007, de 31 de julho, vieram fixar, respetivamente, a estrutura nuclear da ASAE e o número máximo de unidades orgânicas flexíveis.

Por sua vez, o Despacho n.º 9012/2010, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 26 de maio, criou as unidades flexíveis, correspondentes às indispensabilidades do momento para o funcionamento estruturado do organismo.

Mostrando-se, agora, necessário, assegurar a permanente adequação do serviço às necessidades de funcionamento e de otimização de recursos tendo em conta a imprescindibilidade de uma gestão eficaz dos processos de contraordenação, procede-se, nos termos das disposições conjugadas do n.º 5 do artigo 21.º da Lei n.º 4/2004, de 15 de janeiro, e artigo 1.º da Portaria n.º 824/2007, ao seguinte reajustamento na estrutura flexível da ASAE:

Na Estrutura Central:

1 — Na Direção de Serviços de Planeamento e Controlo Operacional, prevista no artigo 3.º da Portaria 821/2007 de 31 de julho, é criada a seguinte unidade orgânica de 2.º grau, chefiada por um inspetor-chefe, à qual competem as seguintes atribuições:

Divisão de Controlo Operacional

- a) Prestar apoio à coordenação da atividade operacional desenvolvida pelas equipas de investigação e fiscalização;
- b) Assegurar a gestão e funcionamento do Centro de Controlo Operacional;
- c) Garantir o tratamento estatístico da informação operacional.

2 — O presente despacho produz efeitos a 1.10.2012

1 de outubro de 2012. — O Inspetor-Geral, *António Nunes*.

206467181

## Direção-Geral de Energia e Geologia

### Aviso n.º 14228/2012

Faz-se público, nos termos e para efeitos das disposições conjugadas constantes do artigo 24.º e do n.º 3 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 88/90 de 16 de março e do n.º 1 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 181/70, de 28 de abril, que José Aldeia Lagoa & Filhos, SA, requereu a alteração da área da concessão C-70 “Gonçal Sul”, de quartzo e feldspato, localizada na freguesia Gonçalo, no concelho e distrito de Guarda, ficando a corresponder-lhe uma área de 121,2918 hectares, delimitada pela poligonal cujos vértices, se indicam seguidamente, em coordenadas Hayford-Gauss, DATUM 73, (Melriça):

Vértice	Meridiana (m)	Perpendicular (m)
1 .....	68751,8	83678,5
2 .....	68647,0	83323,9
3 .....	68286,2	83478,1
4 .....	67388,8	82953,9
5 .....	67335,6	83024,6
6 .....	67204,5	83123,5
7 .....	67210,0	83397,5
8 .....	67662,5	84207,5
9 .....	67811,3	84541,6

Convidam-se todos os interessados a apresentar reclamações, por escrito e devidamente fundamentadas, no prazo de 30 dias a contar da data da publicação do presente Aviso, no *Diário da República*.

O pedido está patente para consulta, incluindo o plano de lavra dentro das horas de expediente, na Direção de Serviços de Minas e Pedreiras da Direção-Geral de Energia e Geologia, sita na Av.º 5 de Outubro, n.º 87, 5.º Andar, 1069-039 LISBOA, entidade para quem devem ser remetidas as reclamações. O presente aviso e planta de localização estão também disponíveis na página eletrónica desta Direção-Geral.

7 de maio de 2012. — O Subdiretor-Geral, *Carlos A. A. Caxaria*.

306078008

### Contrato (extrato) n.º 608/2012

Nos termos do n.º 7 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 88/90, de 16 de março, publica-se o extrato de adenda assinada em 27 de março de 2012, referente ao contrato de concessão de exploração de depósito mineral de quartzo e feldspato a que corresponde o n.º C-94 e a denominação de Vela Nordeste, celebrado em 28 de março de 2001, entre o Estado Português e José Aldeia Lagoa & Filhos, S. A., cujo extrato foi publicado no *Diário da República* n.º 118, 3.ª série, de 22 de maio de 2001.

As principais alterações ao contrato de concessão de exploração definidas nesta nova adenda dizem respeito a:

Concessionário: José Aldeia Lagoa & Filhos, S. A.

Área concedida: 332 hectares, 65 ares e 95 centiares, delimitada pela poligonal cujos vértices, em coordenadas retangulares planas, no sistema Hayford-Gauss, DATUM 73, (Melriça) são os seguintes:

Vértice	Meridiana (m)	Perpendicular (m)
1 .....	70220	85965
2 .....	69995	87212
3 .....	70375	88000
4 .....	70475	88388
5 .....	71190	88375
6 .....	71898	87641
7 .....	71312	86112
8 .....	71328	85917
9 .....	70566	86035

Prazo de concessão:

Prazo inicial de 30 anos, contados da data da assinatura deste contrato. Este período será prorrogado, por despacho ministerial, por prazo não superior a 10 anos, desde que seja requerida e não se verifique falta de cumprimento das obrigações legais e contratuais.

Caução: componente fixa de 30.000 € e uma componente variável.

A componente variável decorre do plano de recuperação apresentado e o seu valor é calculado através da aplicação da seguinte fórmula:

$$\text{Caução recuperação} = \text{Ctrec} - (\text{Ctrec:Apl}) \times (\text{Aplvg} + \text{Arpl})$$

em que:

Apl — Área do Plano de Lavra aprovado.

Arpl — Área já recuperada dentro do Plano de Lavra.

Aplvg — Área do Plano de Lavra sem qualquer intervenção. Define-se subtraindo à área do plano de lavra, as áreas da escavação, áreas já recuperadas e em recuperação dentro do Plano de lavra e a área dos anexos (caso estes estejam dentro do Plano de Lavra).

Ctrec — Custo total do projeto aprovado para a execução do Plano de recuperação paisagístico

e será notificada à sociedade no prazo de 45 dias após a apresentação do primeiro programa de trabalhos.

Não são admitidos valores do custo unitário de recuperação inferior a 1,0 € por m<sup>2</sup> e de 2,0 € por m<sup>2</sup> para o caso de não orçamentação.

A componente variável da caução é revista trienalmente com a aprovação dos programas de trabalhos.

Encargos de exploração: Pagar à Direção Geral de Energia e Geologia um encargo anual no montante de 2.000 €, independentemente da exploração, a que acresce uma percentagem de 3 % sobre o valor à boca da mina dos produtos mineiros ou concentrados expedidos ou utilizados, sujeitos a revisão, por mútuo acordo, decorridos 5 anos e no fim de cada período de 5 anos.

No caso da concessão ser declarada na situação de suspensão ilícita, o valor do encargo anual é sempre de 5.000 €, sem prejuízo do seguimento do procedimento de rescisão do contrato de concessão por parte do Estado.

30 de julho de 2012. — O Subdiretor-Geral, *Carlos A. A. Caxaria*.

306306111